

# CAPÍTULO 6

## ATIVIDADES ECONÔMICAS

*Maria de Fátima Alves de Matos  
Josiane do Socorro Aguiar  
Valdenira Ferreira dos Santos  
Luis Maurício Abdon*

### 6.1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado como subsídio ao Diagnóstico Sócio-Ambiental Participativo do Setor Costeiro Estuarino e tem como objetivo demonstrar as principais atividades desenvolvidas pelas comunidades na área trabalhada, destacando-se aquelas realizadas com fins econômicos.

O tema abordado encontra-se dividido em três aspectos fundamentais: a) atividades relacionadas às áreas urbanas; b) atividades desenvolvidas nas áreas rurais; c) atividades desenvolvidas com fins econômicos pelas comunidades. Os principais locais de comercialização dos produtos e os problemas enfrentados pelas comunidades em relação aos produtos por elas comercializados também são descritos.

Na abordagem das atividades econômicas foram construídos indicadores e um índice sintético a partir do tratamento de dados dos principais produtos por elas comercializados, transformado em cartograma com vista à melhor compreensão das relações de custo e benefício do ponto de vista da sustentabilidade das atividades pelas comunidades.

### 6.2 CONCEITUAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS INVESTIGADAS

- **Indústria de Transformação** – refere-se às atividades de transformar a matéria-prima em produtos intermediários (madeiras e compensados) ou em produtos finais (materiais de mobília – conjunto de mesa).

- **Ramo de Atividade das Indústrias** – são ramos de atividades específicas no setor industrial baseando-se conceito utilizado pelo IBGE/FIAP para a classificação dos tipos de indústrias.

- **Atividades Econômicas das Comunidades** – atividades desenvolvidas pelas comunidades nas áreas rurais para outros fins além da subsistência, como a comercialização.

- **Renda Monetária** – refere-se ao valor estimado que as comunidades recebem por aquilo que produzem e comercializam.

- **Agricultura Permanente (Perene)** – caracteriza-se pela utilização de culturas agrícolas de ciclo produtivo longo.

- **Agricultura Semipermanente (Semiperene)** – refere-se as culturas agrícolas de ciclo produtivo médio, são cultivadas num intervalo de 6 a 36 meses.

- **Agricultura Temporária (Anual)** – refere-se ao cultivo de culturas agrícolas de ciclo produtivo curto, geralmente de 1 ano no máximo.

- **Agricultura de Subsistência** – refere-se à atividade agrícola na qual tudo o que a família produz é consumido por ela e comercializado em pequena escala, existindo a diversificação na utilização de espécies em pequenas áreas.

- **Capoeiras** – referem-se às matas secundárias após o corte, fogo ou outros processos de alteração para fins agrícolas. As comunidades do Setor Estuarino também fazem uso desse ambiente para o plantio de suas culturas.

- **Pecuária Extensiva** – refere-se a um sistema de produção que exige grandes extensões de pastagem (naturais ou não) para a criação de animais. Não há rotatividade sistematizada, não existindo manejo da criação.

### 6.3 METODOLOGIA

As informações constantes neste capítulo resultaram da análise de dados de fontes primárias e secundárias. Os dados das fontes primárias são provenientes de entrevistas aplicadas em campo pelo Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO-AP e foram trabalhados para a área rural. As informações secundárias referem-se aos anuários estatísticos do Estado do Amapá dos anos de 1991 a 2000, como também aos dados cadastrais da FIAP (1998); SEBRAE (2000); IBGE (1997, 1998, 2000). Estas fontes de informações foram utilizadas para a análise nos espaços urbanos, calculando-se as taxas de participação das principais indústrias instaladas, classificadas por ramo de atividades utilizando o conceito adotado no cadastro da IBEG/FIAP (1998).

As análises dos dados nos espaços rurais compreenderam duas etapas:

⇒ A primeira trata da análise do comportamento geral das atividades do setor produtivo desenvolvidas pelas comunidades, através das taxas de participação por tipo de atividade (agricultura, extrativismo e pecuária), e da análise do modo de produção. Nesta primeira análise descrevem-se também outras atividades desenvolvidas com menor frequência pelas comunidades.

⇒ A segunda etapa corresponde à análise através de indicadores sócio-ambientais. Para calcular estes indicadores foram identificados os principais produtos comercializados pelas comunidades de acordo com o tipo de atividade, através da análise do Valor Estimado de Produção Mensal (VEPM). Os produtos considerados estão relacionados às atividades de agricultura temporária, semipermanente e permanente e à atividade de extrativismo vegetal<sup>1</sup>. Para calcular o VEPM utilizou-se como referência o menor valor dos produtos comercializados pelas comunidades por unidade, visto que os valores variavam de região

---

<sup>1</sup> A atividade de extrativismo animal, referente à pesca não foi considerada para cálculo do VEPM, sendo trabalhada a parte no capítulo 7.

para região no setor estudado e era necessária uma base para a comparação dos resultados. Este menor valor de comercialização no Setor Costeiro Estuarino corresponde ao preço mais baixo executado geralmente na época de safra do produto. O VEPM representa, então, a renda monetária das comunidades por mês e foi obtido transformando-se medidas para unidades comuns de comparação, através dos seguintes cálculos:

$$\mathbf{VEPM} = \text{VEP}/12 \text{ meses,}$$

$$\mathbf{onde: VEP} = (\text{QM} \times \text{VU}) \times \text{P};$$

**VEP** = Valor Estimado do Período;

**QM** = Quantidade produzida ao mês;

**VU** = Valor Unitário pelo qual o produto é vendido; e

**P** = Período de produção e comercialização do produto em meses

Os períodos de produção de alguns produtos estão relacionados a sazonalidade regional (período de chuva e período seco). Foram considerados, para fins deste relatório, 6 meses para o período chuvoso e 6 meses para o período seco.

O VEPM foi transformado em indicadores por atividade a partir dos quais obteve-se o Índice de Potencialidade do Setor Produtivo – IPOSP (Tabela 7).

No cálculo desses indicadores, utilizaram-se médias ponderadas, com base na sustentabilidade das atividades exercidas pelas comunidades em relação ao recurso natural.

Para a agricultura, os maiores pesos foram dados para as culturas do tipo permanente (3) e semipermanente (2), devido ao maior tempo que passam recobrando o solo e, portanto, protegendo-o dos efeitos da erosão. O tipo de cultura temporária recebeu peso 1.

Para o extrativismo, a sustentabilidade baseou-se na forma como a extração é realizada, resultando na preservação ou não da espécie na

região. Assim os pesos maiores foram dados para as atividades de extrativismo relacionadas aos frutos do açaí e da bacaba (2) e os menores, para as, atividades relacionadas à extração do palmito, onde se corta a árvore e é exercida freqüentemente sem manejo da espécie utilizada.

**Tabela 7** – Cálculo dos indicadores e do Índice de Potencialidade do Setor Produtivo

Índice de Potencialidade do Setor Produtivo (IPOSP)	Indicador		Variável
	Índice de Potencialidade do Setor Produtivo (IPOSP)	Taxa da Agricultura = TAG	Taxa do VEMP para comunidades desenvolvendo Agricultura Permanente
VEPM do total de comunidades que comercializam produtos referentes à Agricultura (TOTCOMA)			
Cálculo VEPM COMAP = (COMAP/TOCOMA) x 100			
Taxa da Agricultura = TAG		Taxa do VEMP para comunidades desenvolvendo Agricultura Semipermanente	VEPM das comunidades que comercializam produtos derivados da Agricultura Semipermanente (COMASP)
			VEPM do total de comunidades que comercializam produtos referentes à Agricultura (TOTCOMA)
			Cálculo VEPM COMASP = (COMASP/TOCOMA) x 100
Taxa da Agricultura = TAG		Taxa do VEMP para comunidades desenvolvendo Agricultura Temporária	VEPM das comunidades que comercializam produtos derivados da Agricultura Temporária (COMAT)
			VEPM do total de comunidades que comercializam produtos referentes à Agricultura (TOTCOMA)
			Cálculo VEPM COMAT = (COMAT/TOTCOMA) x 100
Taxa do Extrativismo = TEX	Taxa do VEMP para comunidades desenvolvendo o Extrativismo Vegetal	VEPM das comunidades que comercializam produtos derivados do extrativismo vegetal (COMEV) referentes ao açaí (A), bacaba (B) e palmito (P)	
		VEPM do total de comunidades que comercializam produtos referentes ao Extrativismo Vegetal (TOTCOMEV)	
		Cálculo VEPM COMEV (A) = (COMEV(A)/TOCOMEV)*100	
		Cálculo VEPM COMEV (B) = (COMEV(B)/TOCOMEV)*100 Cálculo VEPM COMEV (P) = (COMEV(P)/TOCOMEV)*100	
Cálculo Indicador TAG			$((\text{VEPM COMAP} * 3) + (\text{VEPM COMASP} * 2) + (\text{VEPM COMAT} * 1))/6$
Cálculo Indicador TEX			$((\text{VEPM COMEV(A)} * 2) + (\text{VEPM COMEV(B)} * 2) + (\text{VEPM COMEV(P)} * 1) ) / 5$
Cálculo do IPOSP			$(\text{TAG} + \text{TEXT})/2$

Fonte: GERCO-AP.

## 6.4 COMPORTAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

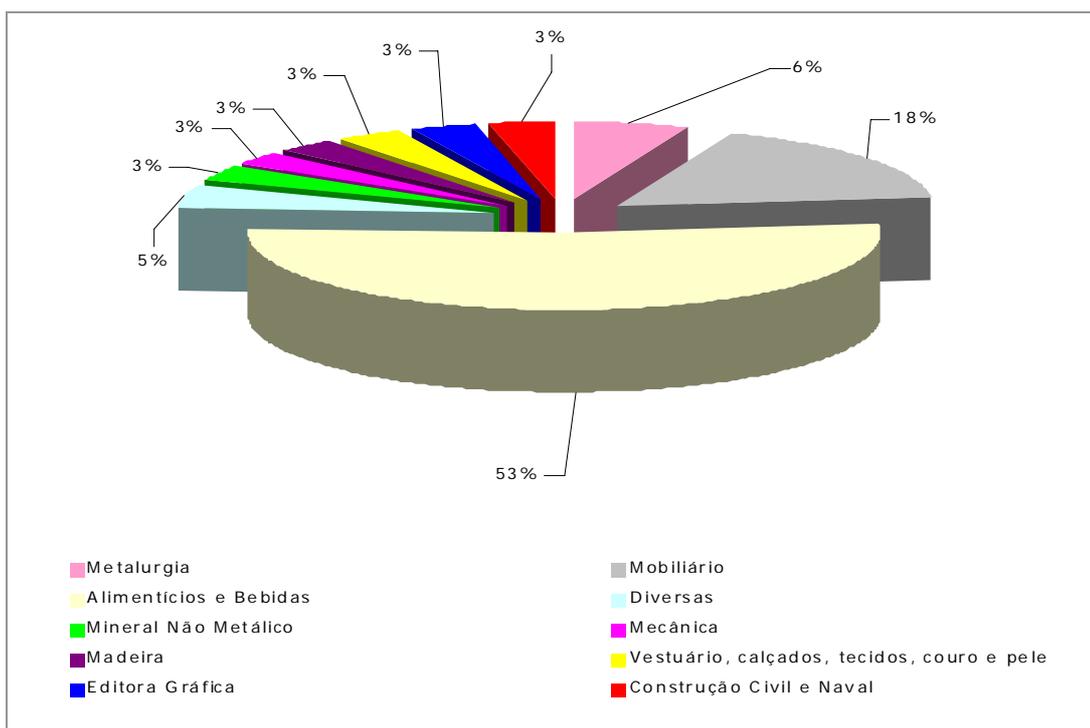
### 6.4.1 Área Urbano-Portuária

Durante algumas décadas, o setor industrial no Estado do Amapá girou em torno da exploração e beneficiamento do minério de manganês, em função do qual estabeleceram-se: BRUMASA S/A, CODEPA, AMCEL S/A, Companhia Ferro Liga do Amapá, LEAL SANTOS S/A, empreendimentos que foram possíveis a partir da implantação da ICOMI, em grande parte servindo para subsidiá-la.

A partir da década de 90, o Estado busca novas alternativas de desenvolvimento do setor industrial, e, entre os municípios, os que se destacam são os de Macapá e Santana. Aproveitando o auge das discussões sobre a Zona Franca de Manaus, surge a indicação primeiramente da criação do Distrito Industrial de Santana. Posteriormente surge a necessidade da criação de uma área ampliada para a comercialização de produtos importados. Assim, em 1992 é implantada a Área de Livre e Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (PORTO, 1997).

Isentas dos impostos incidentes sobre os produtos importados, muitas empresas aproveitaram os benefícios trazidos pela ALCMS/SUFRAMA e se instalaram na Área Urbano-Portuária do Setor Estuarino, tendo como característica principal a comercialização dos produtos industriais importados, vindos em grande parte de países como China, Taiwan, Indonésia e Hong Kong.

As principais atividades econômicas desenvolvidas na área urbano-portuária relacionam-se ao setor secundário (indústria) e terciário (prestação de serviços e comércio). No setor secundário destacam-se os seguintes ramos de atividades industriais: indústrias de produtos alimentícios e bebidas (53%); indústrias de mobiliário (18%) e indústrias de metalurgia (6%) (Figura 49). Nas indústrias de produtos alimentícios e bebidas, a produção do vinho do açaí corresponde a mais da metade das indústrias desse ramo. Nas indústrias de mobiliário 97% referem-se às indústrias de fabricação de móveis de madeira. Esses dois ramos de atividade mostram que provavelmente existe uma vinculação com as atividades de extração vegetal realizadas nas áreas rurais do setor estudado e adjacências. No ramo metalúrgico destacam-se as atividades de produção de grades de ferro e estruturas metálicas.



**Figura 49** – Taxa de participação dos principais ramos de atividades industriais na Área Urbano-Portuária do Setor Costeiro Estuarino.  
 Fonte: FIAP (1998); SEBRAE (2000); IBGE (2000).

A implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA - levou à melhoria da qualidade dos serviços e produtos vinculados ao beneficiamento de matéria-prima provenientes principalmente das florestas. Destaca-se, nessa melhoria, a padronização das empresas de beneficiamento do açaí e o incentivo às movelarias para a produção de móveis que são muito utilizados nas repartições públicas. Atualmente quase toda a rede de ensino público utiliza mesas e cadeiras produzidas com matéria-prima da região e do próprio Estado. Parcerias do poder público com a iniciativa privada auxiliaram no beneficiamento e divulgação de seus produtos. Um exemplo é a parceria SEICOM/SEBRAE, responsável pela realização de eventos, como o Equinócio, onde ocorre a exposição de móveis fabricados por moveleiros do Estado.

Nos outros ramos de atividade destacam-se ainda as indústrias de produtos minerais não metálicos, mecânicas, de desdobramentos de madeira, de calçados e vestuários, e de construção civil (Figura 49). A

indústria de transformação de produtos não metálicos relaciona-se à fabricação de cerâmica não refratária usada para a construção civil. Destaca-se na área urbana do município de Santana, onde se fabricam materiais como tijolos, e blocos para construção civil, sendo a argila o principal mineral extraído para essa atividade, principalmente dos ambientes de várzea e de ressacas.

Classificadas em Indústria Diversas (Figura 49) estão a fabricação de artefatos de tapeçaria, ourivesaria e joalheria, fabricação de artigos de funilaria, piscicultura, artigos de festas, fabricação de esquadrias e peças de madeira, fabricação de escovas, pincéis e vassouras, pintura e confecção de placas, fabricação de sabonetes e detergentes, topografia, reprografia, construção e reparação de embarcações, confecção de vestuário e exploração florestal. Algumas dessas fábricas exercem importância relevante para a economia do Estado, a exemplo da Indústria de Exploração Florestal INTERNATIONAL PAPER, sediada em Santana.

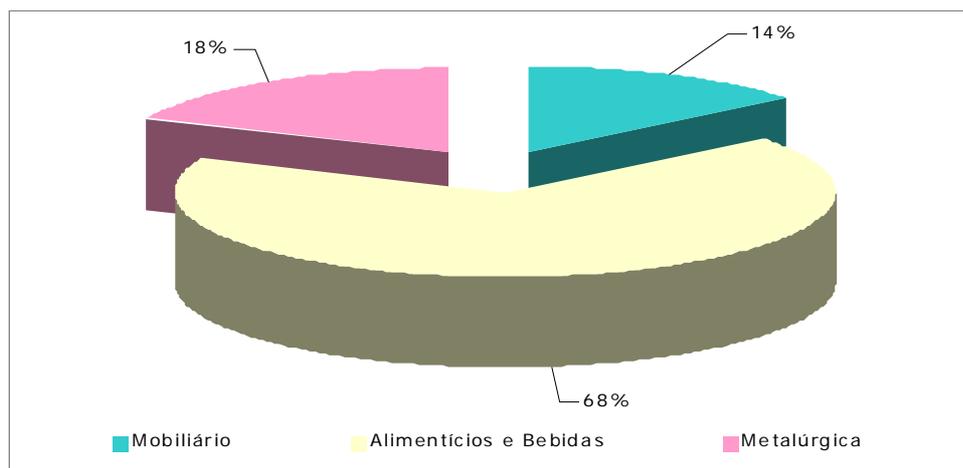
Das indústrias implantadas nesta área apenas 28,48% estão na regularidade, enquanto que o restante, 71,52%, funciona informalmente, sem devido cadastro ou registro do empreendimento junto aos órgãos competentes.

#### **6.4.2 Sedes dos Outros Municípios**

Nas sedes municipais de Itaubal do Píririm, Cutias, Mazagão e Vitória do Jari, observa-se que, a exemplo do que ocorre na Área Urbano-Portuária, a maior concentração de atividades está relacionada às indústrias do ramo de alimentação e bebidas (Figura 50). Porém, o destaque é para a produção da farinha de mandioca, ficando a produção do vinho de açaí em segundo lugar. O ramo da indústria de metalurgia está representado apenas pela fabricação de grades de ferro sediadas no município de Vitória do Jari. Os empreendimentos representados pelas indústrias de mobiliário estão todos relacionados à fabricação de móveis

de madeira. No item Indústrias Diversas, estão incluídas as indústrias de produtos minerais não metálicos, destacando-se a fábrica de tijolos em Mazagão.

Semelhante a Área Urbano-Portuária, a maioria dessas indústrias funcionam no mercado informal.

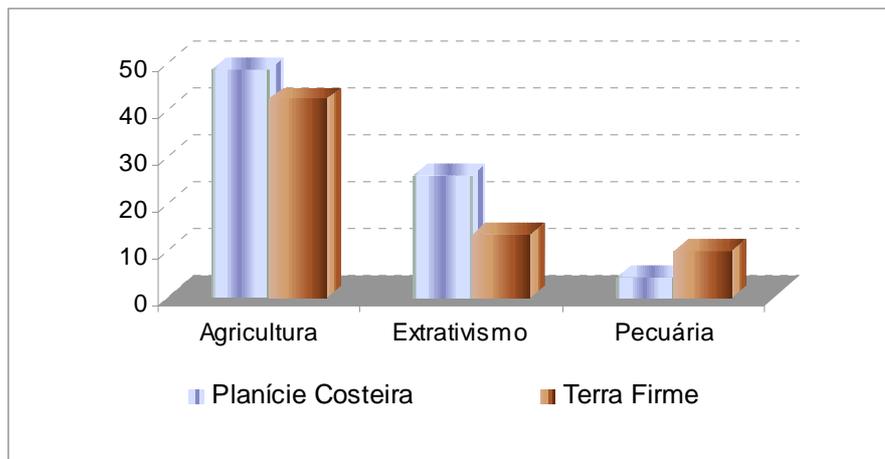


**Figura 50** – Taxa de Participação das Indústrias de Transformação por Ramo de Atividade nas outras sedes dos municípios do Setor Costeiro Estuarino, excluindo as sedes da Área Urbano-Portuária.  
Fonte: FIAP (1998); SEBRAE (2000); IBGE (2000).

### 6.4.3 Principais Atividades Desenvolvidas pelas Comunidades na Área Rural

Na área rural do Setor Costeiro Estuarino, as atividades econômicas praticadas pelas comunidades estão ligadas principalmente aos setores primário e secundário. No setor primário, as atividades mais praticadas pelas comunidades são: a agricultura (90%), o extrativismo (39%) e a pecuária (14%). No setor secundário, são encontradas pequenas indústrias de transformação.

Tanto a atividade de agricultura como a de extrativismo é praticada com maior frequência na Região Ambiental da Planície Costeira (Figura 51). A pecuária é praticada por poucas comunidades, que estão assentadas na Região Ambiental da Terra Firme.



**Figura 51** - Taxa de comunidades por ramo de atividade no Setor Costeiro Estuarino.  
Fonte: GERCO-AP.

#### 6.4.3.1 Agricultura

Esta atividade é baseada numa agricultura de subsistência, onde a geração dos produtos destina-se primeiramente para o consumo da própria família. O excedente agrícola é comercializado ou negociado através da troca de outros produtos. 90% das comunidades exercem a atividade de agricultura, porém apenas 62% destas comercializam a sua produção, para as quais foi calculado o VEPM.

A mão-de-obra utilizada é familiar tanto no preparo das áreas a serem cultivadas quanto no plantio e colheita, podendo existir sistemas de mutirões<sup>2</sup> no preparo de áreas de grande extensão. O preparo da terra para o cultivo costuma ser através da derrubada e queima da mata, geralmente no final do verão para iniciar o plantio no começo do inverno.

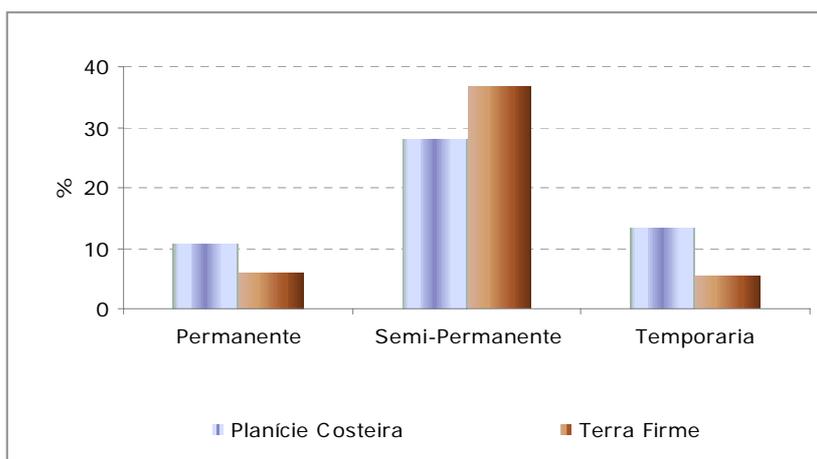
A derrubada da mata é uma prática tradicional, geralmente realizada de forma itinerante, utilizando-se antigas técnicas para o plantio (enxadas, enxadões, foices e facões). Na ausência da floresta primária, são utilizadas as capoeiras em rejuvenescimento, pois as antigas tornam-se mais difíceis de serem derrubadas. Esta prática foi justificada pelos agricultores, durante os I e II Ciclos de Seminários do

<sup>2</sup> Reunião dos pequenos agricultores de uma região para auxiliarem um vizinho em algum trabalho agrícola.

GERCO-AP, com a falta de aprendizagem de técnicas que poderiam melhorar as condições de preparo do solo.

Os agricultores plantam espécies relacionadas a culturas perenes: laranja (*Citrus sinensis*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), graviola (*Annona muricata*), coco (*Cocos nucifera*), limão (*Citrus limon*), entre outras; porém, pratica-se com maior intensidade o cultivo de espécies relacionadas a culturas semipermanentes, como a mandioca (*Manihot utilissima*), abacaxi (*Ananas comosus*), milho (*Zea mays*), batata (*Ipomoea batatas*), melancia (*Citrullus vulgaris*), jerimum (*Cucurbita maxima*), banana (*Musa sp.*), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), etc.

As culturas semipermanentes são utilizadas por 64% das comunidades que as cultivam nas duas regiões ambientais do setor trabalhado (Figura 52). Este modo de cultivo está ligado diretamente ao plantio de mandioca (Figura 53), associado com a produção da farinha de mandioca, que se destaca entre as demais culturas por se tratar da principal fonte de alimentação das comunidades, principalmente na Região Ambiental da Terra Firme. O processo de produção da farinha de mandioca é realizado logo após a colheita, com reuniões das famílias em torno do forno. Primeiramente, prepara-se o forno (Figura 54) para em seguida assar a farinha. Nessa fase todos os produtores participam.



**Figura 52** – Taxa de participação por tipo de agricultura desenvolvida pelas comunidades de acordo com as regiões ambientais na área de atuação do GERCO.  
Fonte: GERCO-AP.



**Figura 53** – Área com plantação de mandioca, município de Mazagão.  
Fonte: Acervo GERCO-AP



**Figura 54** – Famílias reunidas preparando o forno para a produção da farinha da mandioca.  
Fonte: Acervo GERCO-AP

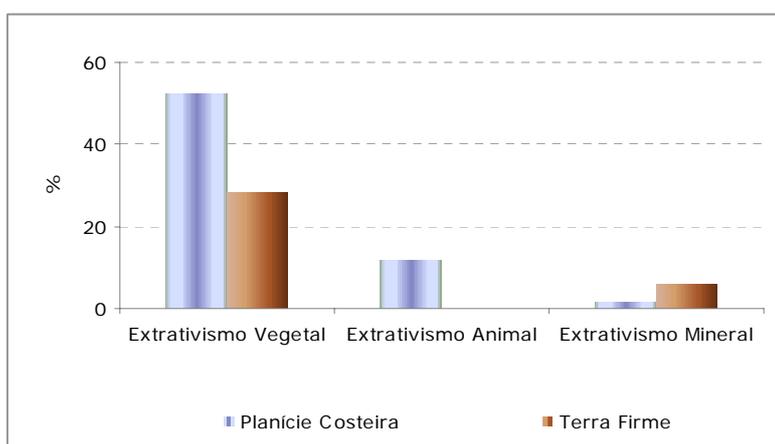
Na Região Ambiental da Planície Costeira, a atividade agrícola é desenvolvida principalmente na floresta de várzea, com aproximadamente 80% das comunidades assentadas nessa região exercendo esta atividade. Segundo os agricultores *“é ideal cultivar na várzea por não haver a necessidade de ter um sistema de irrigação para as plantações, devido seu fluxo constante de água e renovação do solo”*.

Além das culturas apresentadas anteriormente, a maioria das comunidades do Setor Costeiro Estuarino plantam hortaliças. É freqüente observar nos quintais das casas uma horta, com plantações principalmente de cebolinha (*Allium fistulosum*), coentro (*Coriandrum*

*sativum*), chicória (*Chicorium endivia*), couve (*Brassica oleracea*), maxixe (*Cucumis anguria*) e gengibre (*Zingiber officinalis*). Muitas famílias também costumam plantar ervas e plantas medicinais, as quais são muito utilizadas para remédios caseiros.

#### 6.4.3.2 Extrativismo

A atividade de extrativismo é exercida com maior frequência na Região Ambiental da Planície Costeira (Figura 55) por 46 % das comunidades ali assentadas. Cerca de 80% dessas comunidades trabalham com o extrativismo vegetal. Destas, apenas 60% desenvolvem a atividade com vistas a produção e comercialização, as quais foram utilizadas para cálculo do VEPM na elaboração do indicador de extrativismo vegetal. Os principais produtos explorados pelas comunidades são o açaí (*Euterpe oleracea*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e o palmito. Em menor escala, as comunidades retiram a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), na Região Ambiental de Terra Firme, inajá (*Maximiliana maripa*), pupunha (*Bactris gasipaes*), plantas medicinais e sementes oleaginosas.



**Figura 55** – Taxa das comunidades que exercem as atividades de extrativismo em suas três formas nas regiões ambientais da área rural do Setor Costeiro Estuarino.  
Fonte: GERCO-AP.

A extração do açaí (Figura 56) destaca-se em função do alto consumo do fruto pelas comunidades ribeirinhas, como também por toda a população amapaense, na forma de vinho, sendo o principal alimento

das famílias em determinado período do ano. A comercialização do fruto é feita através dos atravessadores para o mercado interno e para outros estados.



**Figura 56** – Fruto do açaí sendo medido para posterior comercialização.  
Fonte: Acervo GERCO -AP.

O fruto da bacaba (*Oenocarpus bacaba*) é extraído das áreas de floresta de terra firme e de matas de galeria.

Com relação à extração do palmito, a maioria das comunidades extrai o fruto sem manejo, e a concentração da atividade está relacionada ao Distrito de Bailique. A mão-de-obra utilizada na extração e venda do produto para as palmitadeiras geralmente é local e também externa.

No extrativismo vegetal ainda se destaca a extração de madeira (Figura 57), a maior parte desenvolvida sem a prática do manejo florestal. As espécies mais extraídas são a virola (*Virola surinamensis*), andiroba (*Carapa guianensis*) e acapu (*Voucapoua americana*). Tem-se ainda a extração de cedro (*Cedrela odorata Ruiz et Pav.*). Relatos de moradores da região durante os ciclos de seminários do GERCO-AP apontaram já a escassez destas espécies no setor trabalhado. As espécies madeiráveis extraídas são vendidas a madeireiras localizadas na Área Urbano-Portuária do Setor Costeiro Estuarino, e algumas dessas empresas têm ligações com madeireiras de outros estados do Brasil. Quando o beneficiamento é feito no próprio local para suprir as necessidades comunitárias, a mão-de-obra empregada na extração é

familiar; entretanto, para a extração destinada às madeireiras, usa-se também mão-de-obra externa.



**Figura 57** – Presença de serraria nas comunidades ribeirinhas do Setor Estuarino.  
Fonte: Acervo GERCO -AP.

O extrativismo mineral ocorre de forma esporádica, porém com maior frequência na Região Ambiental de Terra Firme. Entre os produtos explorados, destacam-se: o seixo, a areia, a piçarra, a pedra-jacaré e a argila, que são utilizados em pequenas construções de prédios públicos, de algumas moradias, de pontes e nas reformas de prédios de algumas sedes comunitárias. A extração, entretanto, é feita na maioria das vezes na forma de “encomendas” e não se constitui em atividade principal nas comunidades onde é executada. Em alguns locais, as comunidades também aproveitam a argila, retirada do ambiente de várzea, para fazer utensílios domésticos, como: panelas, fogões e potes para armazenamento de água.

O extrativismo animal é voltado para as atividades de Pesca<sup>3</sup> e de caça. No Setor Costeiro Estuarino, 83% das comunidades declararam a realização da atividade de caça apenas com vistas à subsistência. Desse total, 65% das comunidades caçam na Terra Firme. As classes de animais mais caçados são os mamíferos, répteis e

---

<sup>3</sup> Tema trabalhado no capítulo 7.

aves (Tabela 8), caçados por 99%, 15% e 5% das comunidades entrevistadas, respectivamente.

**Tabela 8** - Animais mais caçados no Setor Costeiro Estuarino

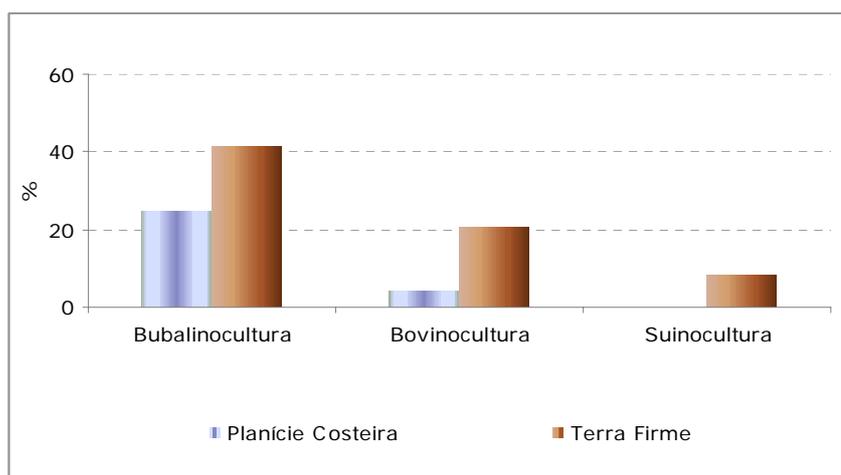
	<b>NOME VULGAR</b>	<b>NOME CIENTÍFICO</b>
<b>MAMÍFEROS</b>	Tatu	<i>Dasyopus sp</i>
	Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
	Veado	<i>Mazama sp</i>
	Paca	<i>Agouti paca</i>
	Cutia	<i>Dasyprocta sp</i>
	Catitu	<i>Tayassu tajacu</i>
	Onça	<i>Felis uncia</i>
	Anta	<i>Tapirus terrestre</i>
	Macaco	<i>Saimiri sp</i>
	Quati	<i>Nasua nasua</i>
<b>RÉPTEIS</b>	Jacaré	<i>Caiman sp</i>
	Jabutí	<i>Jabutim</i>
	Tracajá	<i>Podocmenes nifilllis</i>
<b>AVES</b>	Jaburu	<i>Jabiru mycteria</i>
	Garça	<i>Ecreta sp</i>
	Marreco	<i>Amazonetta brasiliensis</i>

Fonte: GERCO-AP.

#### 6.4.3.3 Pecuária

A atividade de bubalinocultura é exercida por 66% das comunidades entre aquelas que praticam a pecuária. Apesar desta atividade ser executada predominantemente pelas comunidades assentadas na Região Ambiental de Terra Firme (Figura 58), ela é executada de forma extensiva na Região Ambiental da Planície Costeira, nos ambientes de campos inundáveis, “ressacas” e em algumas áreas de várzea. Isto se dá porque a maioria das comunidades registradas Terra Firme que executam esta atividade estão assentadas no limite com a Planície Costeira. A bovinocultura é outra atividade de pecuária exercida pelas comunidades e tem maior participação nas comunidades da Terra Firme.

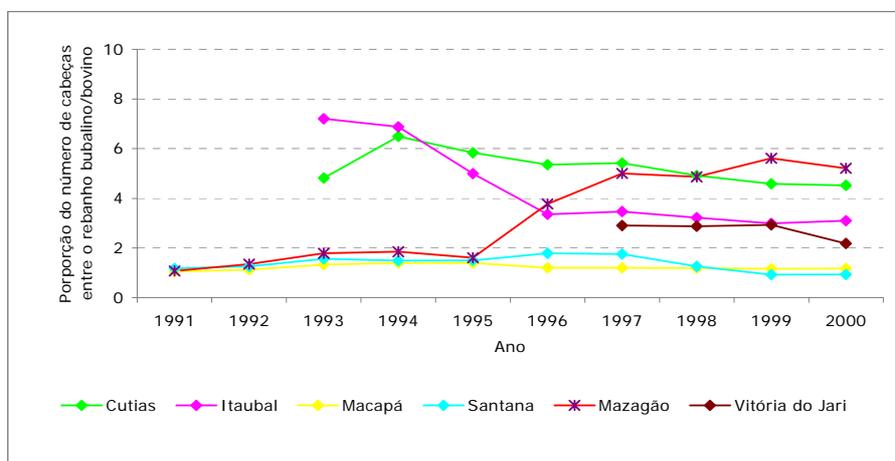
As produções dos rebanhos de búfalos e bovinos servem, após o abatimento da carne, primeiramente para o consumo interno; a comercialização se faz nas próprias comunidades em pequena escala, trazendo pouco retorno financeiro.



**Figura 58** – Taxa de participação relativa entre as atividades de pecuária exercida pelas comunidades na área de atuação do GERCO no Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO-AP.

Ressalta-se que, ao contrário da agricultura, a atividade de pecuária é exercida por pequenos, médios e grandes pecuaristas de dentro e de fora do Estado do Amapá, geralmente em grandes extensões de terra, e não apenas por pessoas das próprias comunidades.

O Setor Estuarino concentra 50% do rebanho existente no Estado; destes, 50% corresponde ao rebanho bubalino, concentrados, nos municípios de Cutias (50,5%) e Macapá (23,5%). Apesar da tendência de crescimento tanto do rebanho bubalino quanto do rebanho bovino no setor trabalhado na década de 90 (Figura 59), constata-se um aumento considerável da proporção entre o número de cabeças do rebanho bubalino e bovino no município de Mazagão a partir de 1995. A maior parte dos pecuaristas que executa a atividade de bubalinocultura, a desenvolve de forma extensiva e quase a totalidade do rebanho concentra-se também na Região Ambiental da Planície Costeira, a exemplo do rebanho criado pelas comunidades, causando algumas vezes conflito na área de criação do rebanho, conforme relatado durante os I e II Ciclos de Seminários do Programa GERCO-AP.



**Figura 59** - Relação do número de cabeças entre o rebanho bubalino e o bovino na década de 1990.  
 Fonte: AMAPÁ (1992, 1994, 1997, 2000).

#### 6.4.4 Outras atividades desenvolvidas pelas comunidades

Além das atividades citadas anteriormente, registra-se nas comunidades a criação de animais de pequeno porte e a presença de pequenas indústrias de transformação.

Os animais criados pelos pequenos produtores são: galinhas, patos, carneiros, cabras e outros, que se constituem em alternativa alimentar das famílias e/ou uma complementação à renda familiar, com comercialização nas próprias comunidades, ou nas feiras de produtores e postos de abatimentos e vendas locais. Às vezes, à semelhança do bubalino e bovino, torna-se uma “poupança” do campo.

As atividades relacionadas a pequenas indústrias de transformação foram registradas apenas em algumas comunidades e

estão vinculadas principalmente à presença de serrarias e palmiterias, as quais estão relacionadas ao extrativismo vegetal. Nas serrarias as espécies utilizadas são a andiroba (*Carapa guianensis*), cedro (*Cedrela odorata Ruiz et Pav.*), pau mulato (*Callycophyllum spruceanum Benth.*), macacaúba (*Platymiscium paraense*), pracuúba (*Mora paraensis Ducke*), jenipapo (*Genipa americana L.*) e virola (*Virola surinamensis*). Nas palmiterias (Figura 60), a espécie utilizada para extração do palmito é o açazeiro, e os empreendimentos encontram-se principalmente na região do Arquipélago do Bailique. Destacam-se ainda neste arquipélago iniciativas através da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM para a implementação de projetos de beneficiamento de produtos regionais (fábricas de beneficiamento do camarão e pescado –Itamatatuba; de processamento de palmito, polpa de açaí e de extração e envasamento do mel de abelha - Carneiro), as quais se encontravam paralisadas na época das entrevistas.



**Figura 60** –Fábrica de Palmito no Arquipélago do Bailique, Macapá.  
Fonte: Acervo GERCO-AP.

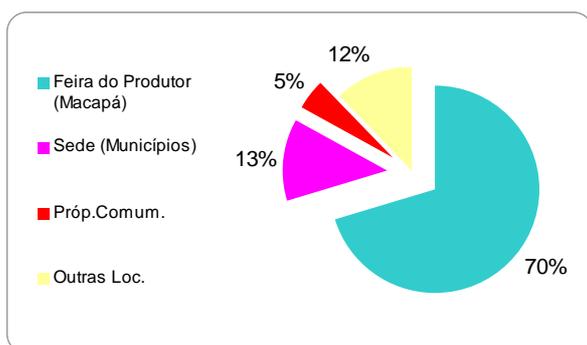
Pequenas olarias, padarias e estaleiros também se destacam nas comunidades. Os principais produtos das olarias são os tijolos, utilizados na construção civil da Região Ambiental da Terra Firme. Nas padarias, o principal produto é o pão, feito artesanalmente. Os estaleiros localizam-se às margens dos rios e são responsáveis pela fabricação de pequenas e

médias embarcações (montarias, catraias, lanchas e barcos de pequeno e médio porte), as quais são muito utilizadas para a navegação diária dos ribeirinhos. Vale ressaltar que no setor existem madeireiras com considerável produção na área rural, a exemplo da instalada na comunidade de Navio, no município de Mazagão.

Muitos dos empreendimentos vinculados às indústrias de transformação funcionam de modo informal, geralmente não obedecendo a normas de segurança e/ou ambientais. No caso das palmitadeiras, a maioria delas, até o ano de 2000, não obedecia às normas estabelecidas pela vigilância sanitária, fato que gerava constantes conflitos entre os órgãos fiscalizadores e as comunidades devido ao fechamento dessas fábricas, causando desemprego de alguns comunitários.

#### 6.4.5 Escoamento dos Produtos Comercializados

No que se refere ao escoamento e comercialização dos produtos pelas comunidades, 70% das mesmas se dirigem à Feira do Produtor (Figura 61), na sede do município de Macapá. Uma outra parcela das comunidades – 13% - comercializa nas sedes dos próprios municípios de origem, 12% das comunidades levam seus produtos para outras localidades (Figura 62) e, incluindo-se aqui regiões fora do Estado do Amapá. Como exemplo, a comunidade de Maracá, no município de Mazagão, escoar diretamente sua produção de frutos do açaí para a capital do Estado do Pará. Apenas 5% comercializam seus produtos na própria comunidade e se referem àquelas comunidades que não possuem uma produção regular.



**Figura 61** – Principais locais de escoamento produção.  
Fonte: Pesquisa de campo – GERCO/IEPA.



**Figura 62** – Pequenos agricultores na espera do transporte para venderem seus produtos.  
Fonte: Acervo GERCO/CPAQ/IEPA.

Quanto à forma de escoamento da produção, na Região Ambiental da Terra Firme, ela é feita principalmente por caminhões cedidos pela Secretaria do Estado da Agricultura, Floresta e Abastecimento - SEAF, havendo uma quantidade limite do produto para embarque por família, como também um limite no número de pessoas que levam o produto para as feiras. Estas comunidades enfrentam problemas em relação à disponibilidade do transporte ofertado pelo poder público, além de difícil trafegabilidade da rede rodoviária (principalmente no inverno) e navegabilidade, em relação à rede fluvial.

Em algumas comunidades, o transporte para escoamento da produção são os coletivos, principalmente na Região Ambiental da Planície Costeira, onde os barcos são de linha e os produtores enfrentam os problemas pertinentes ao uso deste tipo de embarcação. Algumas comunidades utilizam embarcações próprias para comercializar seu produto em Macapá. Entretanto, a baixa renda dos produtores dificulta este procedimento. As dificuldades de transporte enfrentadas por moradores das comunidades distantes, principalmente no baixo curso dos principais rios que drenam o Setor Costeiro Estuarino, levam alguns produtores a vender seus produtos diretamente aos atravessadores.

Alguns produtores, principalmente os assentados na Região Ambiental de Terra Firme vendem seus produtos à beira da estrada ou fazem a troca por outros produtos e mercadorias.

Durante os I e II Ciclos de Seminários do Programa GERCO-AP, registrou-se que muitos dos problemas enfrentados pelos produtores podem estar vinculados ainda a uma falta e/ou deficiência na estrutura de organização dos mesmos dentro das próprias comunidades e em suas regiões.

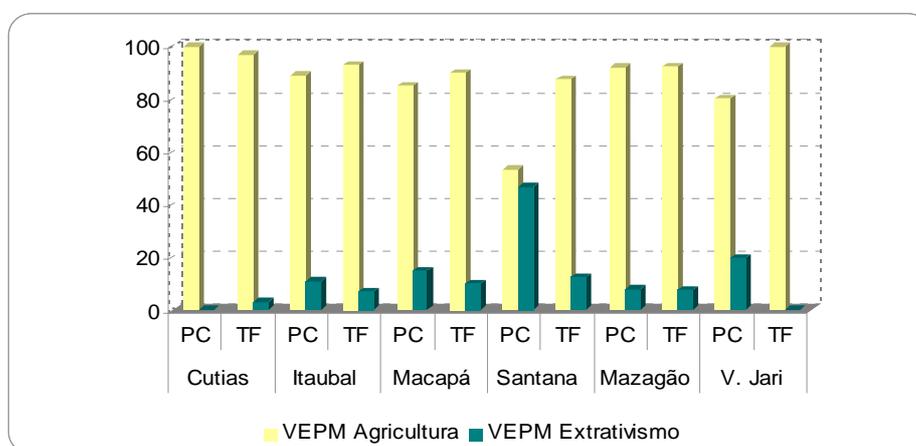
## 6.5 INDICADORES E ÍNDICE DE POTENCIALIDADE DO SETOR PRODUTIVO (IPOSP)

Os indicadores e o IPOSP calculados para a área de atuação do GERCO basearam-se no VEPM resultante dos produtos agrícolas comercializados relacionados às três formas de agricultura realizada pelas comunidades (permanente, semipermanente e temporária) e ao extrativismo do tipo vegetal.

### 6.5.1 Indicadores baseados no cálculo do VEPM

#### 6.5.1.1 Agricultura

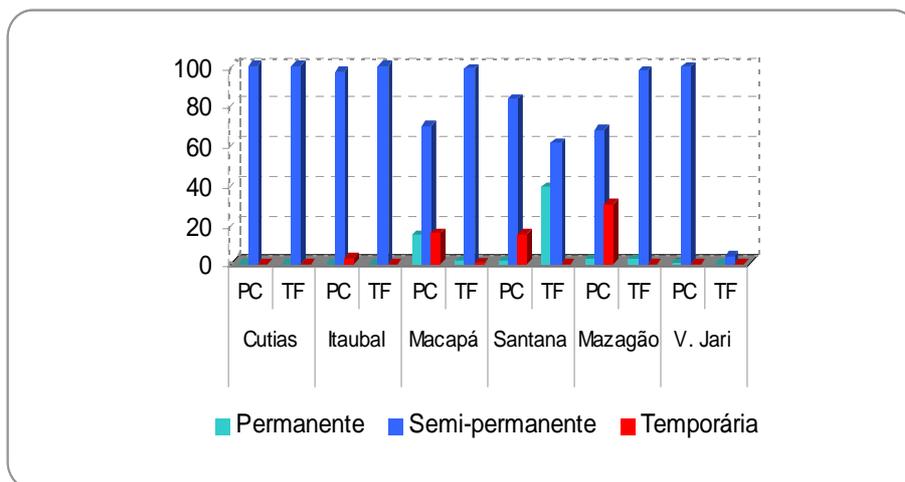
A análise das taxas dos valores de VEPM para esta atividade mostra que a mesma possui maior participação na renda monetária das comunidades (Figura 63) em todas as regiões ambientais dos municípios trabalhados. Isto se deve ao fato de que a agricultura é uma prática tradicional da região estudada, trazendo retorno econômico para as comunidades que a praticam.



**Figura 63** – Taxa dos valores de VEPM por região ambiental para a agricultura e o extrativismo vegetal.  
Fonte: GERCO-AP.

O tipo de agricultura com maior participação na renda monetária das comunidades por região ambiental é a agricultura semipermanente (Figura 64). Esta participação se deve sobretudo à comercialização de farinha de mandioca e melancia. A primeira é produzida principalmente por comunidades que se localizam na Região Ambiental da Terra Firme, havendo também a comercialização por comunidades assentadas na

Planície Costeira. A comercialização da melancia destaca-se na Região Ambiental da Planície Costeira. Nessa mesma região ambiental, nos municípios de Itaubal do Pírim e de Santana, destaca-se também a banana. Ainda contribuem para essa participação na taxa do VEPM a comercialização de abacaxi, cana-de-açúcar e jerimum.



**Figura 64** – Taxa do VEPM por tipo de agricultura nas regiões ambientais dos municípios costeiros na área rural do Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO-AP.

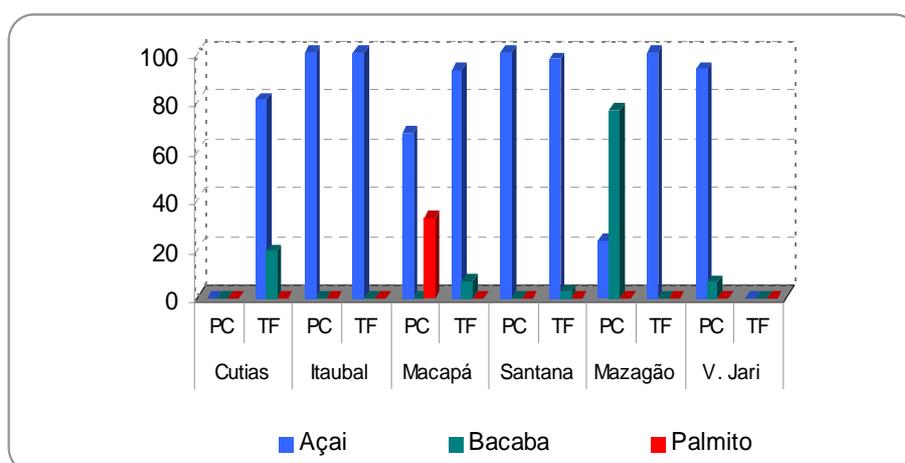
A participação na taxa do VEPM de produtos ligados às culturas permanentes relaciona-se com a comercialização do limão, laranja, cupuaçu, coco e graviola pelas comunidades localizadas na Região Ambiental de Terra Firme. Percebeu-se em campo que existe uma tendência atual das comunidades para a produção e comercialização de produtos derivados deste tipo de agricultura, o qual está relacionada até certo ponto com o incentivo aos Sistemas Agroflorestais – SAF's. A comercialização de produtos deste tipo de agricultura não é praticada nos municípios de Cutias e Itaubal. Vale ressaltar que a comercialização do coco está associada apenas à região do Arquipélago do Bailique, no município de Macapá, destacando-se a produção da comunidade de Igaçaba.

A participação no VPEM referente a produtos derivados de culturas temporárias relaciona-se com a comercialização do milho e, secundariamente, da batata, realizado por comunidades de quatro municípios: Itaubal, Macapá, Santana e Mazagão. O cultivo desse

produto geralmente está associado às áreas de várzeas, justificando destacarem-se na Região Ambiental da Planície Costeira.

#### 6.5.1.2 Extrativismo

Os principais produtos do extrativismo (Figura 65) que oferecem às comunidades retorno econômico calculado com base no VEPM são o açaí, a bacaba e o palmito. O fruto do açaí é o produto mais comercializado em todos os municípios costeiros trabalhados, sendo efetuado tanto por comunidades da Região Ambiental da Planície Costeira, quanto por comunidades assentadas na Região Ambiental da Terra Firme. Quanto à bacaba, ainda não existe a cultura de extração e comercialização do fruto. A extração do palmito ocorre com maior frequência em Macapá, principalmente na região do Distrito do Bailique e induzida por palmitadeiras de fora e de dentro do Estado do Amapá.

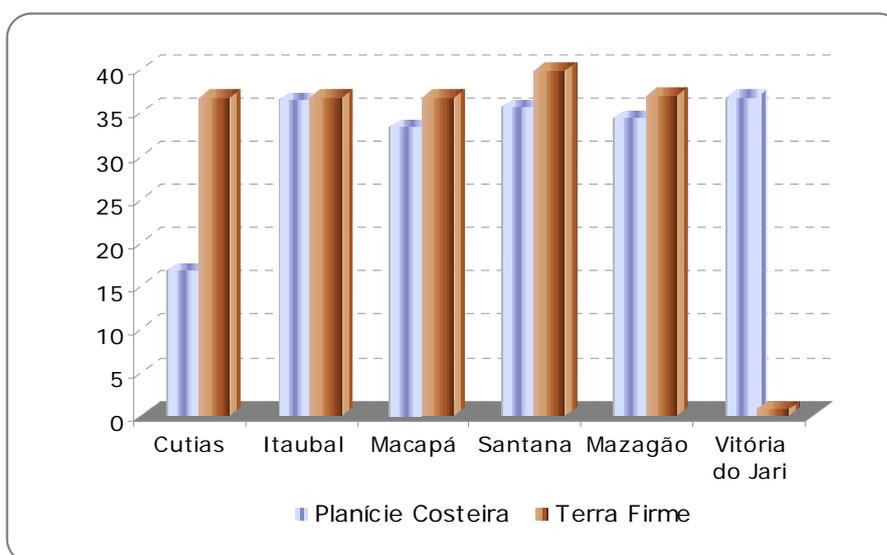


**Figura 65** – Principais produtos do extrativismo com retorno econômico para as comunidades dos municípios costeiros do Setor Estuarino.  
Fonte: GERCO –AP.

#### 6.5.2 Índice de Potencialidade do Setor Produtivo (IPOSP)

O IPOSP mostra que no geral as comunidades localizadas na Região Ambiental da Terra Firme são as que apresentam índice de VEPM em relação à comercialização dos produtos por elas cultivados. Isto se deve principalmente as maiores dificuldades que as comunidades localizadas na Planície Costeira têm em escoar seus produtos, ou mesmo

cultivar o solo, impedidas por questões técnicas, culturais e de limitações do ambiente. Em Cutias, o baixo índice nessa região ambiental se deve à relação das comunidades com as fazendas implantadas. No município de Vitória do Jari, destaca-se a comercialização de produtos por comunidades que estão na Planície Costeira, refletindo provavelmente o fato de poucas comunidades estarem assentadas na Região Ambiental de Terra Firme, em virtude de questões fundiárias relacionadas à presença de terras particulares na maior parte deste município (Figura 66).



**Figura 66** – Índice de Potencialidade por Regiões Ambientais nos municípios costeiros.  
 Fonte: GERCO-AP.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Estatístico do Amapá. Macapá: SEPLAN. 1992.

ANUÁRIO Estatístico do Amapá 1993 - 1994. Macapá: SEPLAN. 1994.

ANUÁRIO Estatístico do Amapá 1995 - 1997. Macapá: SEPLAN. 1997.

ANUÁRIO Estatístico do Amapá 1998 - 2000. Macapá: SEPLAN. 2000.

CADASTRO Industrial do Amapá. Macapá: FIAP/SESI/SENAI/IEL, 1998.

CAVALCANTE, P. B. Açáí. In:----- **Frutas comestíveis da Amazônia**. 6. ed. Belém: MPEG, 1996. P. 25-27.

DUBOIS, J. C. L. Sistemas e práticas agroflorestais de maior importância para a Amazônia. In:----- **Manual agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: REBRAAF, 1996. p 33-37. v. 1.

IBGE. **Censo agropecuário 1995-1996**: Acre, Roraima e Amapá. Rio de Janeiro, 1996. n. 3.

IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas**. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Macapá**: plano de ação local. Macapá. 1999.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Itaubal:** plano de ação local. Macapá. 1999.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Bailique:** plano Bienal 1999/2000. Macapá. 1999.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Mazagão:** plano de ação local. Macapá. 1999.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Santana:** plano de ação local. Macapá. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO AMAPÁ. Gerenciamento Costeiro. **Conhecendo a zona costeira do Amapá: setor amazônico.** Macapá, 2001. 30 p.

LOBO, F. de A. C. G. (Org.). **Estatísticas básicas para pesquisa e planejamento agropecuário da Região Norte.** Belém: UFPA, 1995. v. 2.

MEIRELLES, P. R. de L.; MOCHIUTTI, S. Impactos ambientais da bubalinocultura nos campos inundáveis do Amapá. In: WORKSHOP ECOLAB, 5., 2000, Macapá. Resumos... Macapá, 2000. p. 57.

MOREIRA. M. F. G. P. (Org.). **Cutias:** plano de ação local. Macapá: RURAP, 2001.

PHIL. H. S. **Alguns resultados e problemas da limnologia Amazônica. Sobre a sedimentação na várzea do Baixo Amazonas e Estudo preliminar das relações entre a geologia e a limnologia da zona Bragantina (Pará).** Belém: Instituto Agrônomo do Norte, 1951. 76 p. (Boletim Técnico, n.º 24).

PORTO, Jadson L. R. **As estratégias recentes de desenvolvimento regional do Amapá**. In: ENCUENTRO DE GEGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 6., 1997, Buenos Aires. Anales.... Buenos Aires, 1997.

QUEIROZ, J. A. L. de; MOCHIUTTI, S. org. **Guia prático de manejo de açazais para a produção de frutos**. Macapá: EMBRAPA - Amapá, 2001. 24 p.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998. 99 p. (Série meio ambiente).

CADASTRO Empresarial de Amapá. Macapá: SEBRAE, 2000. 180 p.